

ASPECTOS DO PROCESSO MIGRATÓRIO NA REGIÃO CACAUEIRA: uma análise dos sujeitos do cacau sul-baiano (1890-2000)

Emilly Mendes Barbosa¹
Filipe França Neves de Oliveira²
Jaciane Aparecida Jesus da Cruz³

Artigo recebido em: 19/01/2025.

Artigo aceito em: 13/07/2025.

RESUMO:

O presente artigo aborda aspectos do processo migratório na Região Cacaueira da Bahia, analisando os agentes da cadeia produtiva do cacau. São estes os migrantes externos, que compõem o grupo de comercializadores de cacau, e os internos que formam a classe trabalhadora, tanto rural quanto urbana. O recorte vai do momento em que a monocultura ganha relevância no cenário estadual, nacional e internacional, atraindo migrantes externos (1890), até o momento em que são sentidas as consequências da crise da vassoura-de-bruxa. Para isso, são utilizados dados demográficos, mapas, legislação trabalhista (em que se usa análise de conteúdo) e fotografias. Com esse estudo foi possível aferir que a região cacaueira baiana teve suas dinâmicas migratórias atreladas à realidade socioeconômica de cada momento específico.

PALAVRAS-CHAVE: Migrações Internas e Externas; Região Cacaueira da Bahia; Cadeia Produtiva do Cacau.

Aspects of the migration process in the cocoa region: an analysis of the cocoa
subjects of southern Bahia (1890-2000)

¹ Graduanda do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Pesquisadora de História do Trabalho Rural na Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7668525878432496>. E-mail: emillybarbosa0511@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-3875-0310>.

² Graduando do curso de História da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). É pesquisador de História de Empresas e Estudos sobre a Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). E-mail: ffndeio@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-6286-9531>.

³ Doutoranda em Economia Regional pelo Programa de Pós-Graduação em Economia Regional e Políticas Públicas da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Atlântico e da Diáspora Africana da Universidade Estadual de Santa Cruz (PPGH-UESC). É pesquisadora de História Econômica da Região Cacaueira da Bahia. Faz parte do Grupo de Estudos em História Econômica e do Pensamento Econômico (GEHEPE-UESC). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3959884396812649>. E-mail: jacyjcruz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-9448-2321>.

ABSTRACT:

This article addresses the migration process in the Cocoa Region of Bahia, analyzing the agents in the cocoa production chain. These are the external migrants, who make up the group of cocoa traders, and the internal migrants who make up the working class, both rural and urban. The analysis goes from the moment when monoculture gained relevance in the state, national and international scenario, attracting external migrants (1890), until the moment when the consequences of the witches' broom crisis were felt. For this purpose, demographic data, maps, labor legislation (in which content analysis is used) and photographs were used. With this study, it was possible to determine that the Bahia cocoa region had its migration dynamics linked to the socioeconomic reality of each specific moment.

KEYWORDS: Internal and External Migrations; Cocoa Region of Bahia; Cocoa Production Chain.

1. Introdução

Migrações são deslocamentos de pessoas, de forma interna, dentro de um mesmo país, ou externa, entre países, geralmente por motivos de trabalho. Segundo Nolasco (2016, p. 26) essa definição simples não dá conta da complexidade desse fenômeno. O crescimento no número de migrantes, as dinâmicas envolvidas, os motivos que os impulsionam, as histórias de vida que carregam, as rotas que percorrem e as influências globais que moldam esses movimentos tornam as migrações um processo heterogêneo. Elas estão em constante transformação, ajustando-se às mudanças do mundo em que ocorrem.

O presente artigo parte da ideia de Singer (2002), também se apoiando em Nolasco (2016), de analisar as migrações como um movimento ligado à dinâmica do mercado de trabalho, nesse caso, à cadeia produtiva do cacau, produto de maior destaque na Bahia no século XX. O sul baiano, até o final do século XVIII, teve uma produção voltada para a policultura, sendo grande produtora de alimentos diversos, farinha, milho, feijão, cacau, entre outros. Todavia, quando o foco regional passa a ser a monocultura do cacau, este território passa por um processo de desenvolvimento regional.

Tendo isso em vista, este artigo visa analisar como se deu o processo migratório na região cacaueira da Bahia, entre o final do século XIX, mais

especificamente 1890, momento que a literatura (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023; Rocha, 2008) aponta que o cacau começa a se destacar promissoramente, até os anos 2000, após as consequências da crise da vassoura-de-bruxa que se inicia em 1989. O intuito é observar os processos de chegada e partida desses migrantes dentro da cadeia produtiva do cacau, do momento em que a monocultura ganha destaque até a sua derradeira crise. Os sujeitos analisados vão dos comercializadores, de origem europeia, aos trabalhadores rurais e urbanos, advindos de outros estados do Brasil, especialmente sergipanos.

Para isso, as fontes utilizadas são dados demográficos, cartografia, legislação e fotografia, analisadas com os métodos de Moura Filho (2008), Cintra (2010; 2015), Pádua (2002) e Panofsky (2008), respectivamente. Os dados censitários são de 1920, 1940, 1980, 1990 e 2000, e com eles é possível acompanhar os processos migratórios na região, além dos postos de trabalho ocupados. Moura Filho (2008) aponta que para o historiador, um dado isolado não tem muita valia para a análise histórica, dados e informações quantitativas devem estar a serviço de um objeto ou foco analítico e devem ser postos em perspectiva em uma escala temporal e/ou espacial abrangente, para que assim possa ser feito a sua análise.

Já para a análise de fotografias é utilizado o método de Joly (1996), para análise iconográfica, que consiste em considerar 5 aspectos principais na análise da figura, sendo eles: o contexto histórico e social em que a imagem foi produzida; a semiótica da imagem para compreensão dos signos e códigos nas representações; desconstrução da imagem, objetivando identificar a visão de mundo e quem está por trás da construção imagética; a análise multidisciplinar para enriquecer a análise; a observação das relações de poder que podem ser expressadas ou reforçadas na imagem, pensando em quem é enfocado, como e quais interesses por trás do foco.

Pádua (2002) compara análise de conteúdo e análise de discurso, destacando suas diferenças: a primeira foca na linguagem como suporte do pensamento, usando técnicas de codificação e interpretação de dados; a segunda considera a linguagem como processo histórico-social e ideológico, analisando as condições de produção do

discurso para captar relações de poder e identidades. Ambas utilizam o método da autoria para entender o discurso, com enfoques distintos: a análise de conteúdo avalia estilos e estruturas dos textos, enquanto a análise de discurso investiga contextos históricos e ideológicos dos autores.

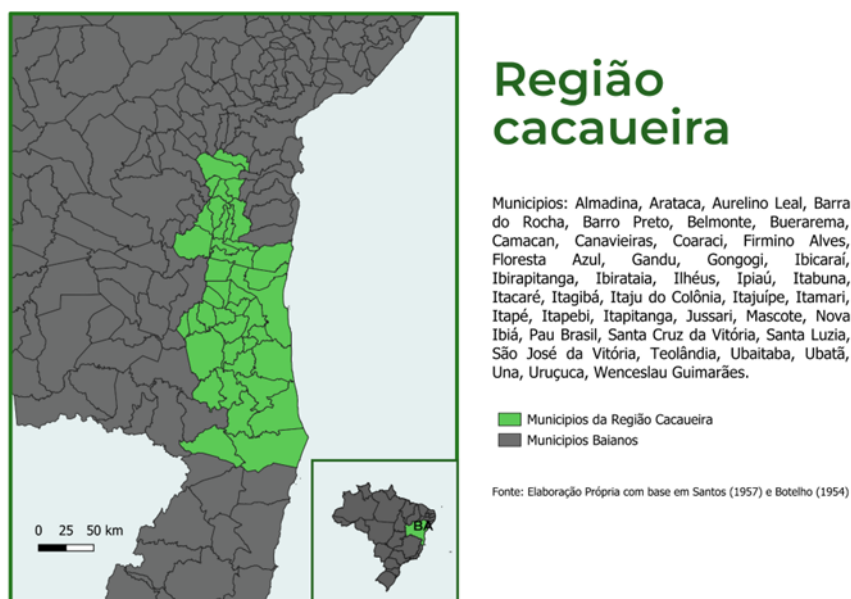
A cartografia permite demonstrar os limites territoriais da região cacaueira, assim como fotografias permitem analisar a simbologia do cacau para a sociedade. Com a legislação trabalhista é possível observar as dinâmicas entre as relações de trabalho, evidenciando a prática da mesma, seja em momentos de efetividade dela ou em que é burlada. Para melhor compreensão da divisão territorial foi utilizado a cartografia que, conforme Bonfim (2012), é uma ciência que utiliza de formas de representação e de diferentes estruturas de informação para diferentes finalidades, sendo um instrumento de pesquisa assim como da ensino/aprendizagem. Assim houve a elaboração de um mapa, que é exposto a seguir, para representar o que a região cacaueira englobava espacialmente.

2. Os primeiros a chegar e o *boom* do cacau

Antes de melhor descrever o processo migratório advindo da cadeia produtiva do cacau, se faz necessária a compreensão do espaço geográfico ao qual o presente artigo trata: a Região Cacaueira.

Milton Santos (1957), criou o conceito de Zona Cacaueira, que delimita geograficamente o espaço de produção do cacau. Com o tempo, a complexidade das relações sociais, políticas e econômicas associadas à monocultura superou a simples delimitação geográfica, consolidando o conceito de Região Cacaueira.

Figura 1: Divisão territorial da Região Cacaueira



Fonte: Elaboração Própria com base em Santos (1957) e Botelho (1954)

Conforme exposto pelo mapa acima, a região cacaueira da Bahia está localizada no sul baiano, sendo a microrregião composta por 41 municípios, porém tendo maior concentração política, administrativa e populacional nos municípios de Itabuna e Ilhéus. A região apresenta uma uniformidade relativa em relação à distribuição de chuvas anuais, algo que propiciou o desenvolvimento de matas fechadas e densas, assim como da cacaucultura (Santos, 1957; Asmar e Andrade, 1977).

Singer (2002), pensando as migrações enquanto consequências demográficas de alguma mudança específica, analisa de forma historicamente condicionada ao resultado de um processo de mudança, do qual não devem ser separadas. Essa aglomeração espacial das atividades pode ser direcionada por meio dos mecanismos de mercado que, no capitalismo, orientam os fluxos de investimentos e de oportunidades de trabalho.

As transformações sociais, econômicas e espaciais que moldaram o território⁴ brasileiro, enfatizando a intensificação do turbilhão demográfico, a terceirização da economia e a crescente urbanização dos trabalhadores agrícolas (Santos, 1993, p. 10-11). Assim aconteceu na região cacauífera da Bahia. O espaço abrigou por cerca de um século um fluxo intenso de migrações internas e externas. A ascensão da lavoura cacauífera promoveu um expressivo processo migratório que transformou o perfil demográfico e social da região.

A introdução comercial do cacau atraiu trabalhadores nordestinos que fugiam das secas recorrentes em suas regiões de origem. Esses pequenos agricultores desempenharam um papel essencial na ocupação e desbravamento de novas áreas, estabelecendo povoados e contribuindo para a expansão da fronteira agrícola (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023). Um exemplo significativo foi a formação de povoados ao longo do Rio Almada (atual Ilhéus) e em áreas vizinhas, que gradativamente se tornaram importantes núcleos de produção e escoamento do cacau. Esses migrantes eram frequentemente inseridos em relações clientelistas, nas quais se vinculavam por meio de arrendamentos de terras ou relações de compadrio (Ribeiro, 2001).

O fluxo migratório externo, especialmente de origem europeia, também foi relevante. Desde o período colonial, famílias de colonos alemães, franceses e suíços se estabeleceram em torno de povoados como Castelo Novo (atual Ilhéus), contribuindo com técnicas de cultivo e com a estruturação de uma economia voltada à exportação (Ribeiro, 2001). Esses imigrantes adquiriram grandes extensões de terras e estabeleceram relações matrimoniais com os locais, reforçando redes de poder e influência. Além de produtores, comercializadores e exportadores de cacau, esse grupo também se voltava para o setor de serviços cada vez mais crescente por conta da demanda advinda com o aumento populacional (Ribeiro, 2001; Freitas, 2023).

Entre os anos de 1808 e 1822, a zona em torno do atual povoado de Castelo Novo foi colonizada por suíços, alemães e franceses, plantadores de cana-de-açúcar, café e cacau. [...] Os descendentes desses colonos,

⁴ Território é a extensão relativa a uma área ou um país da base geográfica do Estado, sobre o qual ele exerce sua soberania, e as pessoas exercem suas atitudes de produção e consumo (Spósito, 1994, p. 90).

aliados às famílias de capitalistas nacionais, desenvolveram o plantio intensivo do cacau na zona do Almada, em meados do século XIX. A abertura das e sua substituição pelas roças de cacau era levada a termo, principalmente, pelos Homem d'El-Rei, Lavigne, Hohlenwerger, Adami e Sá Bittencourt Câmara, que estabeleceram entre si relações de parentesco e compadrio (Ribeiro, 2001, p. 25-26)

Esses sobrenomes acompanharam e acompanham a história da região cacaueira, como produtores, comercializadores e coronéis do cacau. Outras famílias de migrantes chegaram no início do século XX. Nesse período os Wildberger, Kaufmann e Stevenson chegam da Europa, enquanto os Maron e Calmon chegam do Oriente Médio. Inicialmente, eles vão trabalhar em alguns cargos administrativos, a fim de fazer algumas conexões com os locais, e logo em seguida adentram o mercado das comercializações de cacau. Com capital suficiente, compram fazendas e montam companhias e grupos empresariais, – e até mesmo fábrica de chocolate, a exemplo do Kaufmann que teve uma fábrica em Ilhéus em 1926 e outra em Itabuna em 1957 (Freitas, 2023).

As alianças formadas entre os nativos e os novos comerciantes, não só por acordos comerciais, mas também por casamentos, promoveu o processo de formação da burguesia cacaueira, como fruto de “uma longa elaboração ocorrida entre o último decênio do século XIX e os anos trinta do seguinte” (Freitas, 2023, p. 228).

O processo migratório associado à economia cacaueira também marcou disputas entre grandes proprietários e pela intensa divisão social e trabalhista. Além disso, a monocultura do cacau transformou não apenas o uso da terra, mas também as relações sociais e políticas, contribuindo para a formação do coronelismo como modelo de poder na região. A necessidade de mão de obra para a expansão das plantações atraiu fluxos migratórios que, por sua vez, reforçaram o poder da classe dominante local e transformaram a região em um polo econômico singular no Brasil. As alianças políticas e familiares estabelecidas nesse período continuam a ser fundamentais para compreender as dinâmicas sociais e econômicas do sul da Bahia.

Durante o período entre uma safra e outra, os fazendeiros dispensavam alguns dos seus funcionários, que seriam primordiais no período da colheita. Neste

momento, a dinâmica populacional das fazendas da região variava conforme as necessidades de plantio e colheita. É nesse momento que também chegam às terras cacaueiras os trabalhadores, principalmente os que fugiam da seca da região norte da Bahia e do sertão do São Francisco (Freitas, 2023). O fruto do cacau tinha suas safras e o ciclo do cacau era responsável pela movimentação de trabalhadores, tendo em si momentos de abundância e de dispersão.

Um ponto de destaque para a compreensão da volatilidade destes trabalhadores são as técnicas de plantio e manejo de cacau que eram utilizadas neste período. O cultivo deste fruto, quando posto em perspectiva a outros — a exemplo, o café — não exigia um alto custo de mão de obra para manutenção dos cacaueiros, não se eram utilizadas técnicas avançadas para sua plantação além da poda dos seus pés.

A cultura cacaueira apresenta diversos tipos de trabalhadores bem caracterizados e que atuam em áreas específicas, entre eles barcaceiros, tropeiros, cortadores e administradores. Essas categorias de trabalhadores fazem parte de uma estrutura social responsável diretamente pela produção, dessa forma desenvolveram uma forte relação com os meios de trabalho e a natureza, resultando no recebimento do salário, garantindo assim sua subsistência, e conseqüentemente a condição de sua própria reprodução como trabalhador. Dessa forma, é possível afirmar que a cultura do cacau foi produto do trabalho assalariado (Diniz; Duarte, 1983, p. 118).

Com o *boom* do cacau em 1915, momento em que os valores de produção, arrecadação e lucros crescem de forma exponencial, a demanda da cadeia produtiva ultrapassa a necessidade de mão-de-obra rural, chegando até o espaço urbano. Isso cria uma nova onda migratória de pessoas para ocuparem os postos de trabalho que os serviços urbanos, principalmente na zona portuária, comércio, transportes, comunicações, e até mesmo a pequena indústria vai surgir (Freitas, 2023).

Com o aumento da produção e da área de cultivo, foi necessário o aumento na quantidade de trabalhadores envolvidos na cultura do cacau. Santos (2019, p. 257), ao analisar a composição demográfica de Ilhéus em termos de sexo e estatuto legal,

conforme os dados do censo de 1872, percebe que aproximadamente 17% da população estava em situação de escravidão, totalizando 1050 pessoas. Dentre esse grupo, 718 foram categorizadas como lavradores, 117 como trabalhadores domésticos, e 185 não tinham uma profissão definida. Quanto às profissões manuais ou mecânicas, a presença de escravizados era mínima, somando um total de 31 pessoas, sendo que nos cinco operários que se dedicavam a edificações, um era um homem escravizado.

No caso dos trabalhadores livres, Santos (2019, p. 258), afirma que a maioria estava no campo, com 2.613 pessoas declaradas como lavradores. Em segundo lugar, havia 1.241 pessoas sem profissão declarada. Em relação às ocupações diretamente ligadas ao comércio, treze homens se dedicavam à primeira atividade e 39 à segunda. Em sua pesquisa, o autor conclui que por volta dos anos de 1870, 58% dos habitantes de Ilhéus eram trabalhadores rurais; 23% da população não possuía profissão declarada, e apenas 0,9% estava envolvida em alguma atividade imediatamente ligada ao mar. Entre 1872 e 1920, em menos de 50 anos, a população da cidade aumentou onze vezes, passando de 5.862 habitantes para 63.012 habitantes.

Ilhéus foi o principal centro urbano de aglutinação desses trabalhadores, por ter uma infraestrutura e serviços urbanos em desenvolvimento cada vez mais crescente.

Tabela 1: Ocupações de acordo com o Recenseamento, Ilhéus, 1920

	Agricultura	Comércio	Edificações	Serviço doméstico	Marítimos e Marinheiros	Pescadores
Totais	14.690	948	880	548	486	52
Homens	13.508	924	880	145	486	52

- 21 anos	2.393	115	122	55	67	6
+ 21 anos	11.116	809	758	90	419	46
Mulheres	1.182	25	-	403	-	-
- 21 anos	249	2	-	125	-	-
+ 21 anos	933	23	-	278	-	-

Fonte: BRASIL. Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1928. v. 5, Tomo 1, p. 298-299.

Com a tabela acima, é possível observar que, além da agricultura, há um número expressivo de pessoas envolvidas em ocupações relacionadas ao comércio, construção de edificações e à atividade marítima e portuária. A complexidade das funções, como as de estivadores e carregadores, dificulta a contagem e identificação desses indivíduos com base nos dados dos censos demográficos, uma vez que eram trabalhadores avulsos.

Vale ressaltar que, com a consolidação do porto, a partir de 1926, o cacau passou a ser exportado diretamente ao estrangeiro e não precisava mais passar por Salvador. Pontes (2018) aborda que esse acontecimento impactou a urbanização da cidade. Ela destaca que a construção do porto foi um marco significativo para a urbanização de Ilhéus, servindo como ponto central a partir do qual a cidade se expandiu, além, claro, de aumentar a quantidade de postos de trabalho, atraindo ainda mais a migração de trabalhadores.

Itabuna, que se emancipou de Ilhéus em 1910, também recebeu uma leva de migrantes, internamente foram os sergipanos, e externamente os sírio-libaneses. Essas pessoas começam a chegar após uma chamada, do então prefeito Firmino Alves, que

em 1906 inicia um processo de atrair pessoas formadas para a região, principalmente para Itabuna (Fogueira; Gonçalves, 2016). A finalidade era construir uma classe dominante itabunense que fosse letrada e capaz de administrar a cidade, gerindo o crescente comércio e a estrutura urbana, já que a população até então era majoritariamente composta por trabalhadores rurais e tropeiros. Isso porque Itabuna era vista como uma cidade de passagem de viajantes que iam de Ilhéus a Vitória da Conquista.

Com a chegada desses letrados, que vieram, não só pela chamada de Firmino Alves, mas principalmente por conta dos atrativos do cacau, é que a cidade começou a desenvolver seu comércio. Esse processo vai culminar na criação da identidade de Itabuna como uma cidade comercializadora de cacau.

3. Sujeitos e ideias em deslocamento: o fruto do ouro e o Eldorado baiano

Em 1910, o Brasil liderou a produção de cacau mundial, passando pelas próximas três décadas por um momento expansivo em sua produção e comercialização. Este *boom* do cacau fez com que a região recebesse um grande fluxo de migrações populacionais, em especial, de pessoas advindas dos sertões baianos e sergipanos (Freitas, 2023; Rocha, 2008)⁵.

As secas e a falta de condições para que se reproduzissem enquanto produtores de bens agrícolas em sua região de origem forçaram a partida de um grande número para diferentes lugares. No sul da Bahia, chegaram como pioneiros, exploradores de uma fronteira aberta pela implantação da cultura do cacau. Nesse momento e em outros, buscavam alternativas para as secas prolongadas e condições para melhor sobreviverem, encorajados pela esperança de que viessem a se confirmar as notícias que falavam da existência de um “paraíso” (Freitas, 2023, p. 348).

Pensar de onde vinham as pessoas que aqui se estabeleceram ajuda a compreender todo o cenário e ideário migratório da região cacaueira neste período,

⁵ Freitas (2023) assemelha a paisagem humana da região cacaueira com a do sertão do São Francisco, pois no território do cacau vieram bastantes sertanejos em busca de um paraíso que era noticiado para eles.

pois a ideia de que esta terra e o fruto do cacau simbolizavam esperança e uma possível prosperidade. O cacau moldava esse território, influenciando diretamente na vida de quem aqui morava. Foi através de sua cadeia produtiva que a região se urbaniza, se abrem rodovias, portos, linhas de trem e todo um modo de vida.

Figura 2: Bandeira de Camacã, na Bahia (1961)



Fonte: IBGE

A imagem apresenta a bandeira da cidade de Camacã, emancipada em 1961, município cuja emancipação e desenvolvimento foram predominantemente impulsionados pela cultura do cacau. A cidade já foi considerada uma das maiores produtoras de cacau do mundo, colocando a cacauicultura no centro da força econômica local (Rocha, 2008).

Os frutos de cacau representados em símbolos oficiais e emblemas podem ser vistos como demonstrações da relação da relevância econômica na construção da identidade cultural da região cacaueira da Bahia. Na imagem acima, os frutos do cacau em local de destaque, expressam o papel fundamental da cacauicultura no desenvolvimento da região, influenciando sua história e estrutura socioeconômica. É possível observar a presença marcante do cacau nos símbolos oficiais especialmente nas cidades emancipadas após as décadas de 1950 e 1960, como é o exemplo de Ibicaraí, emancipada no ano de 1952.

Figura 3: Bandeira de Ibicaraí, na Bahia (1952)



Fonte: IBGE

Mais do que uma simples homenagem, a imagem do cacau no centro, em destaque, e com uma coroa acima expressa a importância dessa cultura na formação política, econômica e social da região. Ela simboliza tanto a riqueza gerada pela lavoura cacaueira quanto às transformações urbanas e sociopolíticas impulsionadas por essa produção.

Nos exemplos de bandeiras acima, observa-se a figura do cacau sempre no centro. Conforme Rocha (2008)

O cacau tornou-se um símbolo internalizado por toda uma região, imortalizou-se como personagem digno de lutas sem tréguas por sua causa, pois significa trabalho, dinheiro, riqueza, progresso e vida. Diversamente de outras culturas, é responsável não só por uma atividade econômica, mas por toda uma forma de vida a que se cognominou civilização do cacau (Rocha, 2008, p. 198)

O cacau é a identidade da região e diversas famílias por gerações tiveram seu sustento pelas relações econômicas atreladas ao fruto, além de ser tema de diversos autores da literatura regional como Jorge Amado, Adonias Filho, Cyro de Mattos, Valdelice Pinheiro, Euclides Neto, entre tantos outros.

O aumento da produção acabou por atrair ainda mais pessoas para trabalhar nas áreas de cultivo e nos centros urbanos. Além disso, foi necessário o desenvolvimento da infraestrutura urbana e portuária para receber e escoar a produção cada vez mais crescente, além do contingente humano que só aumentava. Por isso, foi construída uma estrada de ferro, a Ilhéus-Conquista, que mesmo nunca

chegando a seu destino final conseguiu resolver parte da problemática do setor dos transportes. O porto de Ilhéus, responsável pelo escoamento tanto para Salvador quanto diretamente para o exterior (Pontes, 2018).

Tabela 2: Dados sobre a quantidade de trabalhadores, por setor, Ilhéus, 1940

Profissão	Quantidade de trabalhadores
Agricultura/Pecuária	28.191
Indústria (extrativas/transformação)	3.875
Comércio	2.665
Transporte/Comunicação	1.633
Serviços	4.044

Fonte: Recenseamento de 1940

Esses números indicam que a agricultura e a pecuária foram os setores mais importantes em termos de emprego em Ilhéus naquela época. A indústria, embora menos significativa em termos de número de trabalhadores, também desempenhava um papel importante, principalmente nas atividades extrativas e de transformação. Destaca-se que os números atrelados a agricultura e pecuária tem uma discrepância para com as outras devido ao fato do desenvolvimento da monocultura do cacau.

O comércio e os serviços, embora menores em comparação à agricultura, ainda eram setores significativos, mostrando a diversidade econômica da região. O setor de transporte e comunicação, essencial para o escoamento da produção agrícola e para a conectividade da região, também empregava um número considerável de trabalhadores.

As rodovias são outro elemento essencial no transporte do cacau. Santos (1957) analisa as principais rodovias que conectam as áreas de cultivo aos centros

Revista Espacialidades [online]. 2025.1, v. 21, n. 1, ISSN 1984-817X [121]

urbanos e aos portos. O texto destaca a importância dessas vias para o escoamento eficiente da produção, abordando questões como a qualidade das estradas, a extensão da malha rodoviária e o impacto das rodovias no desenvolvimento regional. A análise inclui como as condições das rodovias podem influenciar o custo e a rapidez do transporte, afetando diretamente a rentabilidade dos produtores.

Pensar o melhoramento rodoviário, auxilia na compreensão do movimento migratório interno entre municípios e entre fazendas. A infraestrutura rodoviária fortalece o trabalhador rural de empreitada ou de diária, no sentido que circular entre fazendas e cidades já não é algo de difícil acesso, principalmente com o surgimento das linhas viárias regionais. Assim sendo, um trabalhador poderia exercer seu trabalho em mais de uma fazenda.

As décadas de 1930 e 1940 também marcaram o absenteísmo da burguesia cacaueira. Freitas (2023) e Santos (1957) descrevem isso como um momento de êxodo da classe dominante para Salvador, Rio de Janeiro e Europa. Visto que, mesmo com o crescimento urbano, as necessidades burguesas não eram completamente atendidas, algo que somente os grandes centros urbanos poderiam fornecer naquele momento.

Esse processo abre margem para novos postos de trabalho dentro da cadeia produtiva do cacau. É nesse momento que entra em vigor a figura do administrador das fazendas. Já que o dono não estava morando na cidade, ele deixava um administrador para as terras e produção, um agente comercial e um advogado para cuidar de seus negócios, ficando o burguês à espera de receber os seus lucros mensais (Freitas, 1979).

Os donos de pequenas fazendas, das roças ou buraras, porém, têm que permanecer à frente de suas terras. Pode dar-se o caso de um ou outro ganhar amor ao seu palmo de terra. Mas o que o obriga a permanecer ali são as suas pequenas rendas, incompatíveis com o pagamento de salários a um administrador, a necessidade de elevar ao máximo a produção e até mesmo a precisão de interessar toda a família na exploração agrícola (Santos, 1957, p. 106)

Mesmo com esse processo absenteísta, alguns dos fazendeiros permanecem na região, além dos donos de pequenas fazendas. Como é o caso dos irmãos Maron,

descritos por Milton Santos (1957), donos da fazenda Mundo Redondo. Nessa obra, Santos faz um levantamento sobre a questão dos trabalhadores, refletindo os processos das décadas de 1940 e 1950.

Sendo por profissão um agricultor, o fazendeiro de cacau o que é, sobretudo é comerciante. Sempre atento às oscilações do mercado e ao jogo da bolsa, de ouvido diariamente pregado ao rádio para conhecer a cotação internacional, reage em sua vida de relações como verdadeiro comerciante. Não tem, via de regra, o amor à terra que caracteriza o camponês. Cuida de sua plantação porque sabe que dela é que hão de vir os grãos de ouro que lhe fazem a fortuna (Santos, 1957, p. 106)

Mesmo estando nas suas terras, como apontado por Milton Santos, o fazendeiro tem comportamento de comerciante, passando a ser visto como um capitalista. Sendo seus trabalhadores os que tomam a maior parte das decisões relacionadas ao plantio e cuidado com a terra.

Atraído por mais altos salários que os pagos nas regiões circunvizinhas e até mesmo pela perspectiva de tornar-se, depois, um pequeno agricultor, a verdade, porém, é que a maioria não se fixa, voltando aos seus pagos ou se encaminhando para outras terras. Não há, por isso mesmo, especialização de funções. O mesmo empregado tanto pode colher os frutos, como parti-los, levá-los ao cocho de fermentação, vigiar a barcaça ou atear fogo à estufa. Não se pode pensar em tornar-se especializado um trabalhador que chega semanas antes da safra e se retira dias depois (Santos, 1957, p. 110)

Apesar de atraídos por salários mais altos e pela esperança de se tornarem pequenos agricultores, a maioria dos trabalhadores não se fixava, retornando às suas origens ou migrando para centros urbanos. Essa alta rotatividade impedia a especialização da mão de obra, pois sua permanência nas fazendas era limitada aos períodos de safra.

4. 1963 e a Legislação do trabalhador rural

Santos (1957) aponta a existência de pequenos povoamentos que se formaram com o intuito de evitar a perda de tempo com deslocamentos. Em plantações maiores, era possível perceber também estabelecimentos que atendiam às suas necessidades, como armazéns, escolas e hospitais. Além disso, havia trabalhadores fixos que permaneciam nas fazendas desde sua fundação. Os

trabalhadores sazonais já são citados nesse período, porém, com um volume menor para evitar a movimentação desses trabalhadores.

A população da zona do cacau tem uma característica migratória forte, devido aos ciclos do cacau, sendo necessária mão-de-obra mais intensa nas épocas de colheita. Além disso, Santos (1957) afirma que:

Os processos culturais hoje em voga na zona do cacau parecem ser responsáveis pela grande movimentação do braço humano, notando-se épocas de concentração e fases de dispersão. Não havendo trabalhos culturais intensos na época do paradeiro, isto é, na entre-safra, os cacaucultores, via de regra, dispensam parte dos seus empregados, necessários ou mesmo indispensáveis na ocasião da colheita (Santos, 1957)

Os trabalhadores fixos tinham melhores condições de moradia e uma segurança maior em relação ao seu emprego se comparados com os sazonais, porém ambos não desfrutavam dos direitos trabalhistas garantidos pela CLT de 1943, pois essa não cobria os trabalhadores rurais. Sendo assim, esses empregados não desfrutavam de direitos como o salário mínimo, férias, 13º ou licença maternidade. Como a CLT aponta em seu Art. 7º:

Os preceitos constantes da presente Consolidação salvo quando fôrem cada caso, expressamente determinado em contrário, não se aplicam: a) [...]; b) aos trabalhadores rurais, assim considerados aqueles que, exercendo funções diretamente ligadas à agricultura e à pecuária, não sejam empregados em atividades que, pelos métodos de execução dos respectivos trabalhos ou pela finalidade de suas operações, se classifiquem como industriais ou comerciais; (Brasil, 1943)

O Estatuto do Trabalhador Rural surgiu no ano de 1963 após anos de luta dos movimentos rurais, já que a Lei de 1943 desconsiderava esse trabalhador. A Lei Nº 4214 de Março de 1963 dispõe de uma série de normativas com o intuito de regulamentar o trabalho no campo e trazer direitos que proporcionariam melhores condições de trabalho, como por exemplo o pagamento do salário mínimo, a determinação da jornada de trabalho de até oito horas por dia, o pagamento de horas extras, intervalo para descanso em jornadas de mais de seis horas, adicional noturno e licença maternidade.

De acordo com Piteri (1964), o trabalho por empreitada apresentava uma tendência de aumento significativo após a Legislação de 1963 por diversos motivos. Isso porque, para o empregador, significava a ausência de vínculo empregatício, o que reduzia os custos relacionados à remuneração e aos direitos trabalhistas, além da facilidade na fiscalização do trabalhador e do serviço feito. Já para o trabalhador, também era preferível, pelo fato de trabalhar por empreitada (quantidade de dias específicos até a conclusão do serviço), e de ser melhor remunerado, do que se atuasse de forma fixa. Ou seja, trabalhava uma quantidade menor de dias e recebia mais, deixando sua agenda livre para fazer quantas empreitadas quisesse por mês.

Como afirma Santos (1957), os trabalhadores sazonais ainda estão divididos em duas modalidades de remuneração: o diarista, recebendo por dia vencido de trabalho, e o empreiteiro, por tarefa realizada. Esses tipos de contratos intensificam a incerteza econômica e a vulnerabilidade que esse trabalhador está exposto, devido à variação da demanda de trabalho.

Após a legislação de 1963 essa característica migratória se intensificou devido a diminuição crescente do número de empregados fixos nas fazendas e o aumento da utilização do trabalho temporário – que mais facilmente fica descoberto dos benefícios do Estatuto do Trabalhador Rural – pois não tinham uma legislação própria que o amparasse. Como afirmam Diniz e Duarte (1983), como consequência, esses trabalhadores sazonais se tornaram ainda mais instáveis, pois, para evitar o pagamento da indenização caso tivessem que dispensá-los, o produtor mantinha-os apenas por cerca de oito meses.

É hoje grande o número de trabalhadores rurais residentes nos povoados e cidades, em verdadeiras favelas, de condições precárias; deslocam-se a pé ou em caminhões até as fazendas, passam o dia trabalhando com péssima alimentação e, à noite, retornam à sub-habitação. São por excelência os trabalhadores de mais baixo padrão, pois arcam com despesas de água, luz e alimentação típicas dos aglomerados onde residem, e que não existiam antes, quando a moradia era na fazenda (Diniz; Duarte, 1983)

Trevizan (1980) trata da queixa generalizada que os empregadores das fazendas de cacau tinham para com seus empregados. Eles se queixavam da alta rotatividade e

da qualidade que a mão de obra detinha. Essa rotatividade tinha sua acentuação em trabalhadores solteiros e que geralmente viviam sozinhos, pois para esse grupo de trabalhadores a mudança frequente de lugar não era um problema. Por isso, havia um maior interesse em contratar trabalhadores com famílias, objetivando dificultar a migração deste trabalhador.

Os aspectos de ordem econômica e a tentativa de melhores condições de vida eram o que pulsava o movimento migratório na década de 1960 e 70. Para Trevizan (1980), na crise de mão de obra rural, era necessário o cumprimento dos contratos de trabalho seguindo a legislação trabalhista vigente. Essa ênfase tanto na legislação quanto no ato de informar aos trabalhadores dos seus direitos e deveres dentro do regime de trabalho, incita a ideia de que a situação empregatícia neste período não seguia efetivamente a legislação trabalhista. Utilizando os trabalhadores de empreitada como meio de burlar a legislação de 1963.

5. O voo da bruxa: as migrações pós crise

Em 1989, o sul baiano é acometido por uma praga, uma doença que advém do fungo *Crinipellis pernicioso*, conhecida como vassoura de bruxa. Essa praga se instala nas fazendas da região e afeta drasticamente a cadeia comercial do cacau nas décadas seguintes, tendo seu apogeu na década de 1990.

A partir de 1991, a região inicia um processo de desruralização acentuado, principalmente quando se analisa a perda de população rural da microrregião com perspectiva com a do país neste período. Enquanto o Brasil tem uma perda de aproximadamente 11% da população rural, a microrregião apresenta um decréscimo aproximado de 33% de sua população rural, esta perspectiva nos dá indícios de uma anomalia que acometeu esta região.

Tabela 3: Dados demográficos da Microrregião Ilhéus-Itabuna (1980-2000)

Período	Brasil	Bahia	Microrregião Ilhéus - Itabuna

	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)	Taxa de ruralização (%)
1980	32,41	49,96	46,62
1991	24,41	40,92	38,28
2000	18,75	32,89	26,55
2010	15,65	27,93	21,17

Fonte: Ipeadata. Censo Demográfico (IBGE, 1980, 1991, 2000, 2010)

A análise dos dados demográficos da Microrregião Ilhéus-Itabuna entre 1980 e 2010 revela um processo contínuo de urbanização, acompanhando uma tendência nacional e estadual. Em 1980, 46,62% da população da microrregião era rural, percentual que caiu para 38,28% em 1991, 26,55% em 2000 e 21,17% em 2010. Essa redução indica um deslocamento populacional das áreas rurais para os centros urbanos, impulsionado por fatores como o declínio da lavoura cacauífera e a busca por melhores condições de vida nas cidades.

A Bahia também apresentou uma queda na taxa de ruralização, passando de 49,96% em 1980 para 27,93% em 2010. Contudo, a Microrregião Ilhéus-Itabuna se urbanizou mais rapidamente do que o estado como um todo, refletindo o peso crescente das cidades de Ilhéus e Itabuna. No Brasil, a taxa de ruralização também caiu, de 32,41% em 1980 para 15,65% em 2010, evidenciando que a urbanização foi um fenômeno nacional, ainda que com intensidades diferentes em cada localidade.

O período entre 1991 e 2000 foi o de maior redução na população rural da microrregião, com uma queda de 11,73 pontos percentuais, possivelmente relacionada à crise da lavoura cacauífera devido à vassoura-de-bruxa e à desestruturação econômica das fazendas de cacau. Esse êxodo rural contribuiu para o crescimento desordenado

das cidades, gerando impactos sociais como o aumento de ocupações irregulares e a sobrecarga nos serviços urbanos.

No entanto, entre 2000 e 2010, a queda na taxa de ruralização foi menor, registrando uma redução de 5,38 pontos percentuais, o que sugere que o fluxo migratório do campo para a cidade perdeu intensidade. Esse fenômeno pode estar relacionado à diversificação econômica, investimentos no setor de serviços e alguma recuperação da economia cacaueira.

Cabe aqui um destaque que esse movimento de desruralização é um processo intensificado no Brasil e na América Latina como um todo a partir da década de 1960, a Região Cacaueira seguiu esse fluxo populacional, todavia a existência dessa crise no meio rural intensificou o êxodo rural do sul cacaueiro.

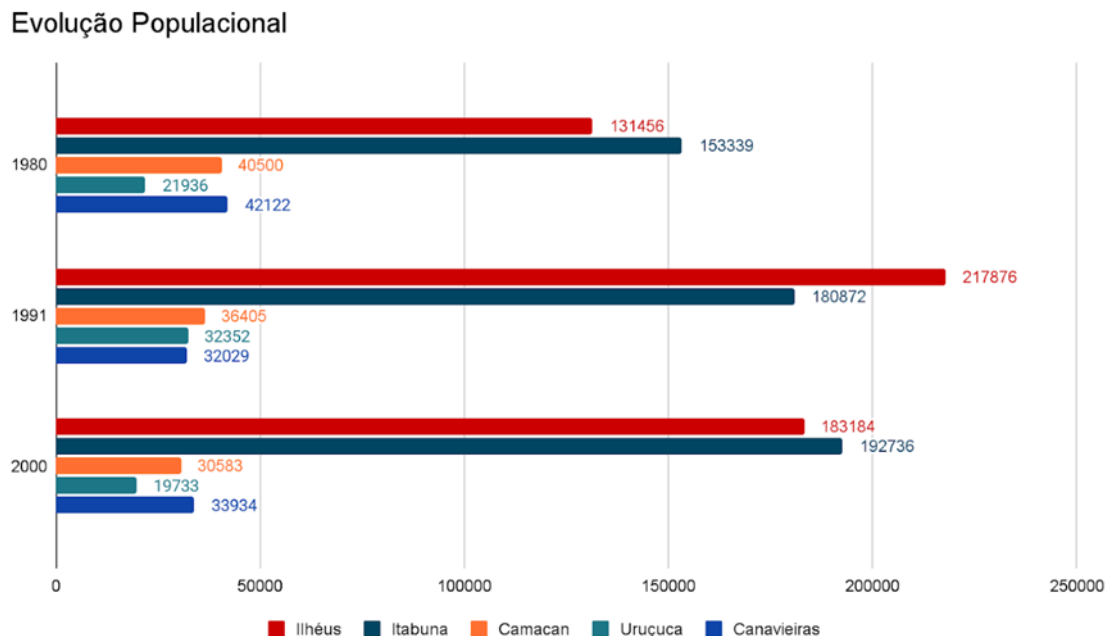
Quando analisamos a região de Catongo — zona rural do município de Itajuípe — houve um decréscimo da população de mais de 80% da região entre 1991 e 2010, conforme Santos, Sabione e Silva.

Nessa época, essas comunidades sofriam o grande impacto da queda na produção cacaueira, no entanto, continuavam na área rural na tentativa de superar os prejuízos causados pela praga da vassoura-de-bruxa. Com o passar dos anos, sem tecnologias adequadas e suficientes para potencializar a produção do cacau, iniciou-se a migração destas famílias para os centros urbanos, não só, na região do Catongo, como também, nas demais regiões rurais do município. Resultando na diminuição da quantidade de pessoas residentes no campo (Santos; Sabione; Silva, 2018, p. 220)

Catongo não foi uma exceção na região, várias comunidades rurais da região cacaueira se esvaíram de uma maneira substancial. Essa migração afeta as principais cidades da região - Ilhéus, Itabuna e Porto Seguro - que passam por ocupações em novos bairros e territórios, conforme Costa Júnior e Saturnino.

Em Ilhéus, além de outros pontos, cresceu de forma desordenada o bairro Teotônio Vilela, com a ocupação dos manguezais no seu entorno. Em Itabuna, ficou mais evidente a ocupação das margens do anel rodoviário construído para desviar o fluxo do tráfego pesado do centro da cidade com destino às BR-101 e BR-415 por casebres, dando origem a uma grande favela. Porto Seguro, uma das cidades que mais inchou após a crise da vassoura, viu nascer o bairro Baianão, quase todo ocupado por migrantes do cacau (Costa Júnior; Saturnino, 2006, p. 2)

Gráfico 1: Evolução populacional da Região Cacaueira (1980-2000)



Fonte: Elaboração própria com base em IBGE - Censo Demográfico; Atlas Brasil 2013 - Censo 2010

O gráfico acima demonstra a evolução populacional dos 5 principais municípios da região cacaueira por década. Através dos dados, é possível separá-los em dois grupos de municípios: centro de comercialização (Ilhéus e Itabuna) e centro de produção (Uruçuca, Camacan e Canavieiras).

Os centros de comercialização evoluem de duas maneiras distintas. Ilhéus tem um *boom* populacional na década de 1990, tendo um crescimento de aproximadamente 65,71% em relação ao decênio anterior. Já em 2000 há um decréscimo de habitantes no município de aproximadamente 16% da população ilheense. Enquanto Itabuna tem um crescimento retardatário conforme as décadas. De 1980 a 1991, o crescimento é de aproximadamente 17,96% e de 1991 a 2000, de aproximadamente 6,56%. Todavia, no caso de Itabuna, não há um decréscimo populacional, apesar do retardo do seu crescimento.

Em ambos os casos, há a influência direta da queda da cadeia produtiva do cacau, que impacta nas suas respectivas populações. Entretanto, essas cidades não sentem impacto tão brusco em suas populações por se consolidarem como centro turístico (Ilhéus) e comercial (Itabuna). Itabuna se consolida como uma cidade atrelada a serviços e consumos, tendo como sua principal atividade econômica o comércio e é sede do Shopping Jequitibá, principal edificação comercial da região, que se torna ponto para fluxo de pessoas advindas do interior da região (Trindade, 2011).

Já os centros de produção, Camacan e Uruçuca, tem ambos um decréscimo populacional nas duas últimas décadas. Isso foi uma realidade para a maioria das cidades produtoras de cacau da região, pois a população dessas cidades tinha como atividade econômica principal o fruto do ouro. Assim, quando há a difusão da vassoura de bruxa, não era mais viável – economicamente – permanecer nestes municípios. Canavieiras, por sua vez, tem uma diminuição populacional entre 1980 e 1990, e de 1990 a 2000 há um crescimento pouco substancial para o município.

Assim, pensar a desruralização do interior cacaueiro não pode ser à parte do processo de urbanização dos municípios da região. É necessário, assim, refletir tanto sobre os fatores de expulsão rural como os de atração urbana. Conforme Singer (2002, p. 40) “os fatores de expulsão definem as áreas de onde se originam os fluxos migratórios, mas são os fatores de atração que determinam a orientação destes fluxos e as áreas às quais se destinam”.

Além disso, no final dos anos 1980 e durante a década de 1990, houve uma crescente no número de indústrias no eixo Itabuna-Ilhéus, principalmente após a consolidação dos distritos industriais em ambas as cidades. Parte desses trabalhadores vão ser absorvidos por essa indústria, que era, principalmente, de bens de consumo não duráveis e que não estavam ligados ao cacau. Essa resiliência de Ilhéus e Itabuna, ancorada na diversificação econômica para o turismo e serviços, transformou-as nos principais polos de atração para a massa de migrantes que deixava as zonas rurais, ilustrando a dinâmica de expulsão e atração descrita por Singer (2002).

6. Considerações finais

A região cacaujeira tem suas dinâmicas migratórias variadas conforme a realidade socioeconômica de cada momento. Tendo ondas de migrantes advindos da Bahia, do Sergipe, assim como de outros países, a exemplo dos suíços e sírio-libaneses que aqui se fixaram.

Nos fluxos de imigração para o território cacaujeiro, há sempre a ideia do “fruto do ouro” que tinha como símbolos a ideia de prosperidade e riquezas. Tanto os trabalhadores quanto a burguesia que aqui se buscava firmar tinham esse ideário do cacau.

Durante o artigo, foi discutida a legislação trabalhista de 1963 e os impactos dela nas relações empregatícias das fazendas de cacau e como essa legislação pôs direitos aos trabalhadores rurais que, na prática, não eram muito respeitados. Crescendo assim a quantidade de trabalhadores sazonais em detrimento dos trabalhadores fixos. A crise da mão de obra ocorrida nas décadas de 1960 e 1970, auferiu como resultado da falta de iniciativas de qualificação da mão de obra rural, assim como da falta de incentivo em melhoramento da infraestrutura rural (residências e facilidades de serviços).

Alguns estudos tratam esta rotatividade dos trabalhadores como produto da busca de trabalhos na zona urbana. Entretanto, os anseios deste trabalhador estão associados, na realidade, ao desejo de posse de bens de consumo, melhores condições salariais e, principalmente, proteção trabalhista (Trevizan, 1980).

Após a quebra da cadeia do cacau, com a chegada da vassoura da bruxa, a região passa por outra dinâmica migratória, intensificando o fluxo de emigração rural e concentração populacional nos grandes centros urbanos (Ilhéus e Itabuna). Estes, por sua vez, passam a centralizar suas atividades econômicas em setores industriais, comerciais e turísticos.

REFERÊNCIAS

AMADO, Jorge. **Cacau**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BOMFIM, Natanael Reis; ROCHA, Lurdes Bertol (org.). **As representações na geografia**. Ilhéus, BA: Editus, 2012.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 9 ago., 1943.

BRASIL. Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Dispõe sobre o Estatuto do Trabalhador Rural. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 4 mar., 1963.

CINTRA, Jorge Pimentel. Técnicas de leitura de mapas históricos: uma proposta. **Revista Brasileira de Cartografia**, v. 67, n. 4, p. 773-786, jul./ago., 2015.

CINTRA, Jorge Pimentel. A cartografia digital como ferramenta para a cartografia histórica. In: **Anais do 3º Simpósio Ibero-americano de História da Cartografia: Agendas para a História da Cartografia Iberoamericana**, 2010, São Paulo: Universidade de São Paulo, p. 1-14, 2010.

COSTA JÚNIOR, J.; SATURNINO, A. Cacau. **Correio da Bahia**, Salvador, 28 ago., Correio Especial, p. 1-16, 2006..

DINIZ, José Alexandre Felizola; DUARTE, Aluizio Capdeville. **A região cacaueira da Bahia**. Recife: SUDENE, Superintendência Adjunta de Planejamento, 1983.

FOGUEIRA, Manoel Bomfim. GONÇALVES, Oscar Ribeiro. **Ensaios históricos de Itabuna**: O jequitibá da Taboca, 1849-1960. Ilhéus-BA. Editus, 2016.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **A Bahia em pedaços**. Ilhéus: Editus, 2023.

FREITAS, Antônio Fernando Guerreiro de. **Os donos dos frutos de ouro**. Dissertação, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1979.

MOURA FILHO, Heitor Pinto de. O uso da informação quantitativa em História – Tópicos para discussão. **Locus**: Revista de História, [s. l.], v. 14, n. 1, 2021.

NOLASCO, Carlos. **Migrações internacionais**: conceitos, tipologia e teorias. Coimbra: CES - Centro de Estudos Sociais do Laboratório Associado da Universidade de Coimbra, 2016.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões Teórico-metodológicas. **Revista de Educação**. PUC-Campinas, Campinas, n. 13, p. 21-30, nov., 2002.

PANOFISKY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2009.

PITERI, Antonio D. O Estatuto do Trabalhador Rural: problemas de aplicação e prováveis consequências sócio-econômicas. **Agricultura em São Paulo**, v. 11, n. 1-2, p. 1-16, 1964.

PONTES, Kátia Vinhático. **O binômio porto-ferrovia: o escoamento da produção cacaueira no sul da Bahia (1920-1947)**. Tese, Universidade Federal Fluminense, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 2018.

SINGER, Paul. **Economia Política da Urbanização**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2002.

RIBEIRO, André Luis Rosa. **Família, poder e mito: o município de S. Jorge de Ilhéus (1880-1912)**. Editus, Editora da UESC, 2001.

ROCHA, Lurdes Bertol. **A região cacaueira da Bahia - dos coronéis à vassoura-de-bruxa: saga, percepção, representação**. Editus, Editora da UESC, 2008.

SANTOS, Milton. **Zona do cacau: introdução ao estudo geográfico**. São Paulo-SP, 1957.

SANTOS, M. A. N.; SABIONI, S. C.; DA SILVA, F. P. Êxodo rural dos agricultores familiares na região do Catongo no município de Itajuípe/Bahia. **Revista Campo-Território**, v. 13, n. 31, p. 208-228, 2019.

TREVIZAN, Salvador Dal Pozzo. **Aspectos Sócio-Econômicos da Mão-de-Obra na Cacaucultura Baiana**. Rio de Janeiro: CEPLAC, 1980.

TRINDADE, Gilmar Alves. **Aglomerção Itabuna-Ilhéus: cidade, região e rede urbana**. Universidade Federal de Sergipe. Sergipe 2011.